

CLIPPING

Data	Órgão	Pág.	Tema
10.04.09	Vida Económica	17	Moneris

VidaEconómica

quinta-feira, 9 Abril de 2009

NEGÓCIOS E EMPRESAS 17

Como aproveitar as medidas excepcionais de apoio ao emprego e à contratação

RUI ALMEIDA
CEO grupo Moneris



O aumento do desemprego é, sem dúvida, um dos aspectos mais preocupantes da crise económica em Portugal e aquele que terá um impacto social mais imediato. Segundo os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no final de Fevereiro estavam inscritas 469.299 pessoas nos centros de emprego do continente e das regiões autónomas, um incremento de 4,8% face a Janeiro e de 17,7% quando comparado com o período homólogo em 2008. Este acréscimo anual foi o mais elevado desde Dezembro de 2003.

Os dados demonstram as dificuldades que atravessa a economia portuguesa e situam os níveis de confiança dos empresários e dos consumidores nacionais nos mínimos dos últimos vinte anos, de acordo com as estatísticas do INE.

O cenário é crítico em Portugal e no resto da zona euro, onde a taxa de desemprego está nos 8,2% (Janeiro), ligeiramente acima da média do nosso país. Muitos economistas afirmam que as taxas vão continuar a subir no próximo ano em direcção aos 10%.

Com este enquadramento tão inquietante, o Governo lançou uma série de medidas excepcionais de apoio ao emprego e à contratação para 2009, na sequência da aprovação da Portaria

nº 130/2009, no Diário da República, 1ª Série, nº 21, de 30 de Janeiro. Antes de analisarmos em detalhe algumas destas medidas, é oportuno abordar especificamente os cuidados e procedimentos que os empresários devem ter em conta para poderem aproveitar, ao máximo, estes benefícios.

Neste contexto, é essencial que a empresa apresente a situação regularizada perante a Segurança Social e o Fisco, não se encontre em situação de atraso no pagamento dos ordenados, disponha de contabilidade organizada e mantenha o nível de emprego criado durante a vigência do apoio.

As medidas aprovadas pelo Governo visam, entre outras, as seguintes situações:

a) Contratação, através de contrato sem termo, de jovens à pro-

cura do primeiro emprego com idade inferior a 36 anos e com o ensino secundário completo ou o nível 3 de qualificação ou a frequentar um processo de qualificação para obtenção desse nível.

b) Conversão de contratos a termo para sem termo, existentes na empresa, de jovens à procura do primeiro emprego com idade inferior a 36 anos que tenham vínculo ou que tenham estado vinculados à empresa por contrato de prestação de serviços, contrato a termo, estágio ou que tenham prestado trabalho ao abrigo de um contrato de trabalho temporário.

c) Contratação, através de contrato sem termo, de desempregados inscritos no Centro de Emprego há mais de 9 meses ou inscritos há mais de 6 meses, mas com idade igual ou superior a 55 anos.

d) Contratação, através de contrato a termo, de desempregados inscritos no Centro de Emprego há mais de 9 meses.

e) Conversão de contratos de prestação de serviços existentes na empresa em contratos sem termo e em regime de trabalho a tempo inteiro.

Nos casos a), b) e c), está prevista a isenção de contribuições, na parte suportada pela empresa, pelo período de 36 meses ou pelo período de 24 meses, acrescido de um apoio directo no montante de 2000 euros.

No caso descrito em d), há lugar a uma redução de 50% da taxa contributiva para a Segurança Social, a cargo da entidade empregadora, durante a vigência do contrato.

Por último, no caso e), verifica-se uma redução em 50% da taxa

contributiva, a cargo da entidade empregadora, pelo período de 36 meses.

Devemos ressaltar que o apoio directo é atribuído em função das disponibilidades financeiras do IEFP, para esse efeito. Ou seja, independentemente de o processo reunir todas as condições, a inexistência de verbas implica o não pagamento do apoio directo. Relativamente a trabalhadores em regime de trabalho a tempo parcial, o apoio directo será sempre reduzido em percentagem do período a tempo completo.

Sublinhamos que os benefícios destas medidas só produzem efeitos para contratos iniciados no decurso de 2009, à excepção da medida relativa à conversão de contratos a termo ou prestação de serviços em sem termo, que é limitado ao 1º semestre do ano.

PUR

Associação Empresarial de Viana do Castelo tem nova direcção

Numa história já de 157 anos foi a primeira vez que decorreu uma disputa eleitoral na Associação Empresarial de Viana do Castelo – AEVC. A presidência da Direcção foi ganha por Luís Ceia.

Na cerimónia de posse dos novos órgãos sociais da AEVC estiveram presentes o director-geral



das Actividades Económicas, o presidente da Câmara de Viana do Castelo e o governador do distrito – o novo presidente traçou os vectores chave que presidirão à actuação da sua equipa.

Luís Ceia reafirmou a vontade de cumprir escrupulosamente o prometido, com incidência na facilitação do investimento e do empreendedorismo, no apoio ao comércio de rua e às empresas de maior dimensão e nos compromissos assumidos com a própria comunidade onde a AEVC se insere.

GREEN IT

Como Investir e Lucrar com a Sustentabilidade num Clima Económico Difícil?

22 de Abril de 2009 - Auditório do Estádio José Alvalade, Lisboa

PRÓXIMOS EVENTOS - 1º SEMESTRE DE 2009

Banca e Seguros 6 e 7 de Maio de 2009	e-Government & e-Health 2 e 3 de Junho de 2009
IDC Innovation Forum Norte de Portugal e Galiza 14 de Maio de 2009 - Braga	Hosting & SaaS 18 de Junho de 2009
PME - Porto 28 de Maio de 2009	BPM, CPM & BI 25 de Junho de 2009

KEYNOTE SPEAKERS

Roberta Bigliani, EMEA Research Director, Energy Insights
Roberta Bigliani joined IDC in 2007 and in her role, Roberta is responsible for EMEA research-based advisory and consulting services, which provide full coverage of the energy industry value chain including both utilities and oil & gas segments.

Vic Smith, Strategic Technologist with the Data Centre Group at Dell Inc. EMEA
With 25+ years experience in the computer industry, Vic Smith is a Strategic Technologist with the Data Centre Group at Dell Inc. EMEA headquarters based in the UK. Dell Technologists provide industry & technical knowledge, best practices, guidance and pre-sales.

EM DESTAQUE
Bruno Michel, Manager Advanced Thermal Packaging, IBM Zurich Research Laboratory, Switzerland

Estudo de Caso Volkswagen Austrália
Luís Sant'Ana Pereira, Presidente da VIA Consulting S.A.
Fadi Geha, Executive Vice President, Viewlocity Business Unit, Supply Chain Consulting Pty Ltd

www.idc.compt

PATROCINADORES

PLATINUM KEYNOTE
DELL, IBM, VA, APC

PLATINUM
AT&T, EATON, MarketWare, NONIO THERMO

SILVER
edigitas, saphty, SMC, SYBASE

MEDIA PARTNER
VidaEconómica

INSTITUTIONAL PARTNER
IESM

Av. António Sérgio, 26 - 6º | 1050-027 Lisboa | Tel: 21 796 5487 | Fax: 21 796 5476 | portugal@idc.com | www.idc.com/portugal

IDC
Analyze the Future

CLIPPING

Data	Órgão	Pág.	Tema
10.04.09	Vida Económica	17	Moneris

VidaEconómica

quinta-feira, 9 Abril de 2009

NEGÓCIOS E EMPRESAS

17

Como aproveitar as medidas excepcionais de apoio ao emprego e à contratação

RUI ALMEIDA
CEO grupo Moneris



O aumento do desemprego é, sem dúvida, um dos aspectos mais preocupantes da crise económica em Portugal e aquele que terá um impacto social mais imediato. Segundo os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no final de Fevereiro estavam inscritas 469.299 pessoas nos centros de emprego do continente e das regiões autónomas, um incremento de 4,8% face a Janeiro e de 17,7% quando comparado com o período homólogo em 2008. Este acréscimo anual foi o mais elevado desde Dezembro de 2003.

Os dados demonstram as dificuldades que atravessa a economia portuguesa e situam os níveis de confiança dos empresários e dos consumidores nacionais nos mínimos dos últimos vinte anos, de acordo com as estatísticas do INE.

O cenário é crítico em Portugal e no resto da zona euro, onde a taxa de desemprego está nos 8,2% (Janeiro), ligeiramente acima da média do nosso país. Muitos economistas afirmam que as taxas vão continuar a subir no próximo ano em direcção aos 10%.

Com este enquadramento tão inquietante, o Governo lançou uma série de medidas excepcionais de apoio ao emprego e à contratação para 2009, na sequência da aprovação da Portaria

nº 130/2009, no Diário da República, 1ª Série, nº 21, de 30 de Janeiro. Antes de analisarmos em detalhe algumas destas medidas, é oportuno abordar especificamente os cuidados e procedimentos que os empresários devem ter em conta para poderem aproveitar, ao máximo, estes benefícios.

Neste contexto, é essencial que a empresa apresente a situação regularizada perante a Segurança Social e o Fisco, não se encontre em situação de atraso no pagamento dos ordenados, disponha de contabilidade organizada e mantenha o nível de emprego criado durante a vigência do apoio.

As medidas aprovadas pelo Governo visam, entre outras, as seguintes situações:

a) Contratação, através de contrato sem termo, de jovens à pro-

cura do primeiro emprego com idade inferior a 36 anos e com o ensino secundário completo ou o nível 3 de qualificação ou a frequentar um processo de qualificação para obtenção desse nível.

b) Conversão de contratos a termo para sem termo, existentes na empresa, de jovens à procura do primeiro emprego com idade inferior a 36 anos que tenham vínculo ou que tenham estado vinculados à empresa por contrato de prestação de serviços, contrato a termo, estágio ou que tenham prestado trabalho ao abrigo de um contrato de trabalho temporário.

c) Contratação, através de contrato sem termo, de desempregados inscritos no Centro de Emprego há mais de 9 meses ou inscritos há mais de 6 meses, mas com idade igual ou superior a 55 anos.

d) Contratação, através de contrato a termo, de desempregados inscritos no Centro de Emprego há mais de 9 meses.

e) Conversão de contratos de prestação de serviços existentes na empresa em contratos sem termo e em regime de trabalho a tempo inteiro.

Nos casos a), b) e c), está prevista a isenção de contribuições, na parte suportada pela empresa, pelo período de 36 meses ou pelo período de 24 meses, acrescido de um apoio directo no montante de 2000 euros.

No caso descrito em d), há lugar a uma redução de 50% da taxa contributiva para a Segurança Social, a cargo da entidade empregadora, durante a vigência do contrato.

Por último, no caso e), verifica-se uma redução em 50% da taxa

contributiva, a cargo da entidade empregadora, pelo período de 36 meses.

Devemos ressaltar que o apoio directo é atribuído em função das disponibilidades financeiras do IEFP para esse efeito. Ou seja, independentemente de o processo reunir todas as condições, a inexistência de verbas implica o não pagamento do apoio directo. Relativamente a trabalhadores em regime de trabalho a tempo parcial, o apoio directo será sempre reduzido em percentagem do período a tempo completo.

Sublinhamos que os benefícios destas medidas só produzem efeitos para contratos iniciados no decurso de 2009, à excepção da medida relativa à conversão de contratos a termo ou prestação de serviços em sem termo, que é limitado ao 1º semestre do ano.

PUB


Analyze the Future


An IDC Company

GREEN IT

www.ingcomp.it

